



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 46/2024

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2024.

PARECER ÚNICO					
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Nome: Robson Rodrigues de Oliveira			CPF/CNPJ: 240.350.506-44		
Endereço: Rua Bernardo Cupertino 1123			Bairro: Osvaldo Rezende		
Município: Uberlândia		UF: MG	CEP: 38400-391		
Telefone: (34) 99666-2100		E-mail: desrp4@yahoo.com.br			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? ( X ) Sim, ir para o item 3      ( ) Não, ir para o item 2					
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:		UF:	CEP:		
Telefone:		E-mail:			
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>					
Denominação: Fazenda Santa Fé			Área Total (ha): 397,02		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 69.238			Município/UF: Uberlândia/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR):MG-3170206-8C26F26483934056BC3BF997E77E78EF					
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		39,80		hectares	
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	39,80	hectares	22k	752.000	7.874.500
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>					
Uso a ser dado a área		Especificação		Área (ha)	
Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura		Área útil		39,80	
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional ( <i>quando couber</i> )		Área (ha)
Bioma Cerrado	Cerrado sentido restrito		supressão de vegetação - UAS		39,80
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Lenha Nativa	lenha		2.238,7824	m³	
<b>1. HISTÓRICO</b>					
Data de formalização/aceite do processo: 02/10/2023					
Data da vistoria: 03/01/2024					
Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]					
Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]					

## 2. OBJETIVO

O Sr. Robson Rodrigues de Oliveira solicita a supressão de vegetação nativa em uma área de 39,80 ha para a implantação, mecanização e manutenção de áreas de culturas anuais. O empreendimento possui certificado Licenciamento na modalidade LAS/Cadastro nº 1338/2023.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O Sr. Robson Rodrigues de Oliveira é proprietário da Fazenda Santa Fé, composto pela matrícula nº 69.238. A intervenção requerida é uma supressão de vegetação nativa em uma área de 39,80 ha para a implantação, mecanização e manutenção de áreas de culturas anuais, localizadas na zona rural do município de Uberlândia - MG, que possui cobertura vegetal nativa de 15,94%. A intervenção está inserida no Bioma Cerrado, com fitofisionomia de cerrado sentido restrito. Coordenadas geográficas da supressão de vegetação nativa UTM 22K 752.000 e 7.874.500.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-8C26F26483934056BC3BF997E77E78EF

- Área total: 397,0249 ha

- Área de reserva legal: 79,4344 ha

- Área de preservação permanente: 39,8382 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 221,0249 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 79,4344 ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de Imóveis de Uberlândia - MG, matrícula nº 69.238.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel -

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 04 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

A localização e composição da Reserva Legal está de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida, pois a mesma encontra-se dentro da propriedade e é composta por vegetação nativa.

## 4. Intervenção ambiental requerida

A intervenção requerida é uma supressão de vegetação nativa em uma área de 39,80 ha para a implantação, mecanização e manutenção de áreas de culturas anuais, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG.

Taxa de Expediente Supressão: R\$ 826,05 - 04/09/2023

Taxa Florestal Lenha: R\$ 15.787,13 - 04/09/2023

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23128869

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa a Média

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Dentro de área prioritária - Extrema

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Classe do empreendimento: 2
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro
- Número do documento: LAS/Cadastro n 1338/2023

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 03/01/2024, fui acompanhado pelo servidor Tiago Moreira de Oliveira (engenheiro florestal) e pela consultoria. O proprietário solicita uma supressão de vegetação nativa em uma área de 39,80 ha para a implantação, mecanização e manutenção de áreas de culturas anuais. Na vistoria também pudemos observar a inexistência de alternativa técnica locacional, pois onde será o local de supressão de vegetação nativa facilitará os tratos culturais e irá aumentar as áreas de culturas anuais. Na vistoria e no levantamento de flora foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo Pequi e Ipê Amarelo, que não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. O levantamento de flora consistiu em parcelas de 10x50 m<sup>2</sup>, totalizando 13 parcelas com 500 m<sup>2</sup> cada.

O material lenhoso estimado da supressão de vegetação nativa é de 2.238,7824 m<sup>3</sup> de lenha nativa, sendo destinados parte ao uso dentro da propriedade e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

O empreendimento em questão, de acordo com o IDE – SISEMA, é constituído pela fitofisionomia de cerrado sentido restrito. Vale ressaltar que a área de reserva legal está averbada na matrícula do imóvel, e encontra-se bem preservada, porém necessita ser delimitada.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: Possui topografia plana com suave declínio.
- Solo: O Imóvel possui solo caracterizado como Latossolo vermelho Amarelo.
- Hidrografia: A propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e Micro Bacia do Rio Araguari.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito. O levantamento de flora consistiu em amostras em parcelas de 10x50 m<sup>2</sup>, totalizando 13 parcelas com 500 m<sup>2</sup> cada.
- Fauna: a biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta boa diversidade ecológica, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte típicos da região.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Conforme descrito nos estudos apresentado e vistoria in loco atualmente na propriedade encontram-se remanescentes de vegetação nativa que impendem o crescimento e desenvolvimento da atividade da referida propriedade, dificultando operações mecanizadas e maiores gastos nas operações, não havendo assim alternativa técnica locacional, devido a necessidade de mecanização da área para aumento e melhoria na manutenção das áreas de culturas.

#### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada no local e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a intervenção requerida, haja visto não existir alternativa técnica locacional, uma vez que para a implantação e manutenção das áreas de culturas há a necessidade de mecanização. Onde será a supressão de vegetação nativa o proprietário pretende aumentar as áreas de culturas anuais da propriedade, promovendo a mecanização das mesmas. Cabe ressaltar que a propriedade possui sua área de reserva legal devidamente averbada junto a matrícula do imóvel, e encontra-se bem preservada, porém necessita ser delimitada. Vale ressaltar que identificamos em vistoria espécies protegidas por Lei, e confirmadas no levantamento de flora apresentada, essas espécies não serão suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. Todos os estudos necessários à análise técnica foram apresentados na formalização do processo SEI.

O material lenhoso estimado da supressão de vegetação nativa é de 2.238,7824 m<sup>3</sup> de lenha nativa, sendo destinados parte ao uso dentro da propriedade e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

#### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da intervenção requerida, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo

a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes com a devida delimitação.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei. Na vistoria e no levantamento de flora foram identificadas espécies protegidas por Lei (Pequi e Ipê Amarelo) que não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Robson Rodrigues de Oliveira** conforme consta nos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 39,80ha**, na Fazenda Santa Fé, localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrícula nº 69238 do CRI da Comarca de Uberlândia/MG.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 397,02ha e área de reserva legal preservada, proposta no CAR, averbada dentro do imóvel. Foi apresentado protocolo do SINAFLO.

3 – As intervenções tem por finalidade a implantação, mecanização e manutenção de áreas de culturas anuais.

4 – As atividades desenvolvidas no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadram-se como passível de licenciamento ambiental na modalidade de LAS Cadastro, para “Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conforme informado no requerimento e no certificado de licenciamento ambiental anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrículas do imóvel, mapas, CAR, certificado de licenciamento ambiental, taxas e respectivos comprovantes de pagamento, protocolo do sinaflo e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 39,80ha** e uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido estrito, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa a média vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

8 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

### III) Conclusão:

9 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 39,80ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com o prazo da licença ambiental, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 8º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

#### Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

#### 7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de vegetação nativa em uma área de 39,80 ha para a implantação, mecanização e manutenção de áreas de culturas anuais, localizada na Fazenda Santa Fé, composta pela matrícula nº 69.238, localizada no município de Uberlândia. O material lenhoso estimado da supressão de vegetação nativa é de 2.238,7824 m³ de lenha nativa, sendo destinados parte ao uso dentro da propriedade e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

Cabe ressaltar que espécies protegidas por Lei como o Pequi e o Ipê Amarelo não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas.

#### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** Não se aplica

#### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

*Taxa de Reposição Florestal - R\$ 70.920,60 - 13/03/2024*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

#### 10. CONDICIONANTES

Comprovar a devida delimitação das áreas de reserva legal dentro da propriedade - Prazo de 90 dias após a concessão da autorização.

Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o termo de referência específico, conforme previsto na Resolução conjunta SEMAD/IEF 3.106/2022 no seu Art. 19 § 4º - Prazo de 60 dias após a execução da intervenção.

*No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.***

*No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.*

#### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Comprovar a devida delimitação das áreas de reserva legal dentro da propriedade.	90 dias após a concessão da autorização
2	Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre	60 dias após a execução da intervenção
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC    ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**  
MASP: 1.198.192-5

Nome: **Tiago Moreira de Oliveira**  
MASP: 1.367.365-2

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Dayane Aparecida Pereira de Paula**  
MASP: 1217642-6



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a)**, em 25/03/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Gerente**, em 26/03/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **81710909** e o código CRC **B588672C**.